

A CONSTRUÇÃO DA ACÇÃO COLECTIVA EM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL

TERESA MARGARIDA RAMOS

Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa

casadopoco@iol.pt

Resumo

O presente artigo tem como ponto de partida os desafios que a questão social e urbana colocam na implementação de processos de intervenção sócio-territorial, nomeadamente em termos da construção da acção colectiva, que constitui hoje um requisito intrínseco à administração das políticas públicas territoriais. Contudo, a construção da acção colectiva revela-se um campo instável, onde a mobilização dos actores não é inata, nem emerge de forma automática, e pressupõe a capacidade de desvendar as justificações e lógicas de acção dos actores em presença, bem como as tensões e contradições que aí se estabelecem e desenvolvem.

Abstract

This article has as starting point the challenges that the social and urban question puts in terms of processes of socio-territorial intervention, and the construction of collective action that is nowadays an intrinsic requirement of the administration of territorial public policies. However, the construction of collective action reveals to be an unstable field, where the mobilisation of actors is not innate, not emerge automatically, and requires the ability to uncover the rationality and logics of action of the actors involved, as well as the tensions and contradictions that are established and developed in that processes.

A indissociabilidade da questão social e da questão urbana nas sociedades contemporâneas

A importância que a temática da cidade tem vindo a assumir está associado a uma recomposição da questão social, em que a referência urbana traduz uma nova interpretação dos problemas sociais. Três quartos da população europeia habitam em cidades com mais de 10 000 habitantes, o que representa uma taxa de urbanização superior em 30% à dos Estados Unidos, e as projecções indicam que em 30 anos, quase 90% da população será urbana (CDCS, 2001). Em Portugal, cerca de metade da população habita nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. As cidades são hoje lugares onde convergem e se acumulam os fluxos de mercadorias, de capitais e de informações, monopolizando as instâncias de decisão e de regulação da nossa sociedade contemporânea, e o lugar onde emergem e se concretizam profundas transformações e sociais, económicas, políticas e culturais.

Em 2000 o Comité Europeu para a Coesão Social desenvolveu um trabalho em torno de *políticas sociais inovadoras nas cidades*, tendo identificado como principais alterações nas estruturas sócio-económicas e políticas das cidades:


- alterações no sistema económico com a mundialização dos mercados e emergência do que se chama a nova economia, que provocam profundas mudanças na organização da produção e do trabalho (fechamento e renovação das empresas, desemprego e mobilidade profissional, emergência de novos sectores de actividades e de novos métiers, risco de exclusão definitiva das populações não qualificadas);

Palavras Chave

Acção Colectiva, Políticas Sociais Territoriais, Actores Sociais, Intervenção Sócio-Territorial.

Key Words


Collective Action, Territorial Social Policies, Social Actores, Sócio-Territorial Intervention.

- 
- transformação das estruturas públicas (construção de instâncias supranacionais, descentralização, regionalização...) e da sua capacidade de interferência nas mudanças sócio-económicas em curso, à escala de espaços geográficos continentais ou de proximidade;
 - tendências para o desenvolvimento de fenómenos migratórios, mais ou menos bem controlados, que abanam as identidades nacionais europeias trazendo novos contributos e desafios;
 - mudanças nas estruturas sociais e familiares que acompanham o fenómeno de individualização e de enfraquecimento dos laços sociais;
 - aumento dos fenómenos de precarização de determinadas populações, ao mesmo tempo que aparece um enriquecimento rápido de determinados grupos sociais (CDCS, 2001: 11).

Territórios onde se concentram as riquezas, as cidades são também lugares geradores de situações de vulnerabilidade social, constituindo-se como um patchwork urbano, composto por uma diversidade de realidades distintas e desconhecidas entre si.

No seu livro *A Cidadania Urbana*, Donzelot (2009) destaca o carácter indissociável da questão urbana e da questão social nas sociedades contemporâneas: se no século XIX o processo de urbanização e crescimento abrupto das cidades levou a que a questão urbana precedesse a questão social, no fim do século XX, as questões dos motins que se verificaram nalgumas das grandes cidades europeias, são justamente urbanas por expressarem a separação social produzida pelos processos de *ghettização* e de colocação de grupos populacionais nas periferias das cidades. A cidade surge agora no epicentro da questão social, por ser aí, no espaço, e principalmente no espaço urbano, que se geram as tensões, que se estruturam os modos de vida, e se cristalizam as principais desigualdades sociais (Donzelot, 2009; Lapeyronne, 2001). Castel, reforça a importância decisiva ao lugar que se ocupa no seio de um território, e às questões com que os sujeitos se defrontam a partir da sua inscrição territorial (na relação com o habitat, no acesso aos serviços, nas oportunidades de sucesso na sua carreira profissional, na qualidade da escolaridade e nas perspectivas face ao futuro dos seus filhos, etc.): “poder-se-á dizer que o espaço urbano se tornou o receptáculo privilegiado da questão social, ou ainda que, à medida que eles se agravam, os factores de dissociação social se enquistam no território. Existe assim uma especificidade incontestável da questão urbana que progressivamente se isolou e que deve continuar a ser afirmada. Mas mais do que em oposição a ela, deverá ser pensada, na trajectória das transformações da questão social em que representa sem dúvida actualmente o modo mais significativo de cristalização” (Castel, 2009: 49).

Para o Serviço Social, a cidade configura-se não só como campo de intervenção, constituído em torno da complexidade dos problemas aí existentes, mas também sujeito de acção, definido a partir da dimensão simbólica que incorpora, e do papel que assume na construção dos processos identitários dos seus habitantes. Ser oriundo de uma dada cidade, ou viver em algum dos seus bairros, significa relacionar-se com um conjunto de símbolos, positivos ou negativos, que lhes estão associados, e que interferem no processo de construção da identidade pessoal dos sujeitos. Esta *urban-related identity* (Mela, 1999) desempenha um papel ainda mais determinante quando o espaço urbano se compõe por partes desiguais, como se verifica nas grandes cidades, pois apesar da identificação actuar tanto no sentido positivo, para quem reside em zonas luxuosas, como no negativo, para quem vive em zonas desqualificadas social e




urbanisticamente, é aqui que a imagem espacial e a estigmatização territorial se transformam num factor de exclusão social.

As pesquisas sobre os fenómenos de segregação espacial dão conta das *barreiras invisíveis* que se instalam entre os as diferentes zonas residenciais, e do efeito de fechamento que se gera, condicionando fortemente os percursos sociais dos sujeitos, e comprometendo a sua vocação de relacionar os habitantes. Num estudo¹, realizado em cidades de sete países europeus, sobre a relação dos “espaços de exclusão” com outras zonas residenciais, foi identificada a existência de duas forças, que dão conta das fronteiras que separam estes territórios: “por um lado, a imagem dos espaços de exclusão constitui-se sobretudo, através de um *movimento centrípeto*, que é resultado essencialmente de um olhar do exterior para o interior, e que fecha os bairros mais degradados nas imagens abruptas que traduzem a distância à qual se deseja os manter; por outro lado, e inversamente, a partir do conhecimento das posições e dos itinerários das populações que moram nestes bairros, impõe-se uma imagem de um *movimento centrífugo*, que dá conta das ramificações das situações, dos lugares e dos recursos que vão muito para além dos limites físicos dos bairros e que contribuem igualmente, por vezes de forma importante, na construção das posições e das identidades individuais” (Balsa, 2004: 171). A uma percepção exterior homogeneizadora da comunidade contrapõe-se a diversidade de posições e disposições dos sujeitos que aí residem, mas o “efeito de sandwich” (Freitas, 2001) e de pressão que se gera neste movimento, leva a que a imagem exterior destes territórios, se imponha muito mais do que a do interior, e contribua para a construção de representações imaginárias estigmatizantes (Dumas et Séguier, 2004) e a processos de fechamento sócio-espacial. Este processo de exclusão territorial, ao qual está associado uma rejeição simbólica, vai interferir e condicionar fortemente a natureza das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos, e traduzir-se em diminutas interações e ligações entre estes espaços e a envolvente (localidade mais próxima e que confina com o bairro, ou a sociedade mais alargada).

No fundo a cidade e os problemas urbanos estão ligados a interrogações sobre a integração social (Lapeyronnie, 2001), e a um entendimento que a exclusão social, enquanto mecanismo societal, não resulta apenas dos comportamentos dos excluídos. A sua análise remete para a natureza das relações sociais, para o jogo das determinantes externas, para o peso do seu contexto sobre determinados grupos populacionais e para os efeitos “circulares” que daí resultam. Falar de mecanismos sociais de exclusão, e não de comportamentos dos “excluídos”, obriga a uma compreensão do peso e do jogo dos factores económicos, culturais e políticos (Dumas et Séguier, 2004), obriga a questionar as formas de mediação social e institucional.

Políticas sociais territorializadas e territoriais: sentidos opostos na construção da acção colectiva

Se é certo que, nas últimas décadas, a cidade se tornou o teatro dos problemas sociais, também é verdade que os territórios urbanos constituem hoje verdadeiros laboratórios da acção pública, assistindo-se a uma *urbaphilie*² (Donzelot, 2009) que se traduz na centralidade e importância que tem sido atribuída à cidade, em termos da sua capacidade de renovação e de reconstrução do tecido social e urbano.



A evolução da questão social, e a sua inscrição no espaço urbano, veio dar conta da insuficiência das políticas sociais sectoriais, e gerar uma reflexão sobre a natureza das políticas públicas, e de uma forma geral, sobre as questões da “governança” urbana. A territorialização da acção pública, e muito designadamente o aparecimento de políticas de inserção e territoriais, enquadra-se nesta procura de respostas aos desafios da questão social e urbana que marcou o fim do século XX:

- “Face à multidimensionalidade dos problemas, é preciso pôr em prática uma abordagem global e transversal, permitindo tratar ao mesmo tempo os diferentes problemas de uma mesma pessoa;
- face a abordagens sectoriais e espartilhadas por diferentes intervenientes num mesmo território, é preciso pôr uma abordagem de parceria fazendo apelo ao conjunto dos actores (administrativos, políticos, associativos, económicos,...);
- perante a importância das variáveis contextuais, convém trabalhar sobre o meio ambiente económico, social e cultural das zonas em dificuldades;
- face às disparidades das situações pessoais e das situações locais, convém individualizar a acção social, de adaptar ao terreno e de partir das necessidades locais;
- face as desigualdades crescentes, importa dirigir a acção sobre os que têm mais necessidades, na base de uma discriminação positiva.” (Palier, 2002: 36).

A inclusão da vertente territorial no desenho das políticas públicas, está associada a uma reconfiguração das lógicas de intervenção do Estado e à alteração no modo de administração da acção pública, que passa a ser co-produzida localmente por uma multiplicidade de actores públicos e privados. Como interpretar esta alteração do papel do Estado, e uma repartição de papéis entre o Estado, os serviços desconcentrados e as colectividades locais? Na perspectiva de Castel (2005) esta alteração do papel do Estado constitui o desenho de uma nova filosofia das missões do Estado social onde “mais do que falar de um declínio do Estado Providência pode-se colocar a hipótese mais optimista de alteração das suas modalidades de intervenção para a qual a recomposição actual das intervenções sociais faz figura de experimentação” (Castel, 2005: 42).

A territorialização das políticas públicas tem sido objecto de uma ampla reflexão em toda a Europa, resultante da reconfiguração dos papéis dos vários actores e da reorientação das formas de intervenção que lhe estão associadas. Estèbe (1998) num artigo escrito na revista *Esprit* “À quoi sert le travail social?” alertava para o facto desta focalização da intervenção poder não ter como objectivo tratar as causas da injustiça social, e a sua lógica de projecto colectivo acabar por atribuir uma dimensão de instrumentalização da acção, focalizando-se muito na gestão dos recursos existentes. Uma concepção puramente técnica da acção pública pode levar ao risco da despolitização dos problemas e das intervenções sociais a partir da transformação dos problemas sociais em problemas técnico-instrumentais, reduzindo-os a particularidades e circunstâncias locais. (Hoven, 2003).

A distinção que Michel Autès (1991) faz entre *políticas territorializadas* e *políticas territoriais* dá conta das várias vertentes, dificuldades e desafios com que as novas formas de gestão das políticas sociais se confrontam. Para o autor as *políticas territorializadas* são as que passam a ser administradas de forma descentralizada, mas não mudam a sua lógica ou seu desenho

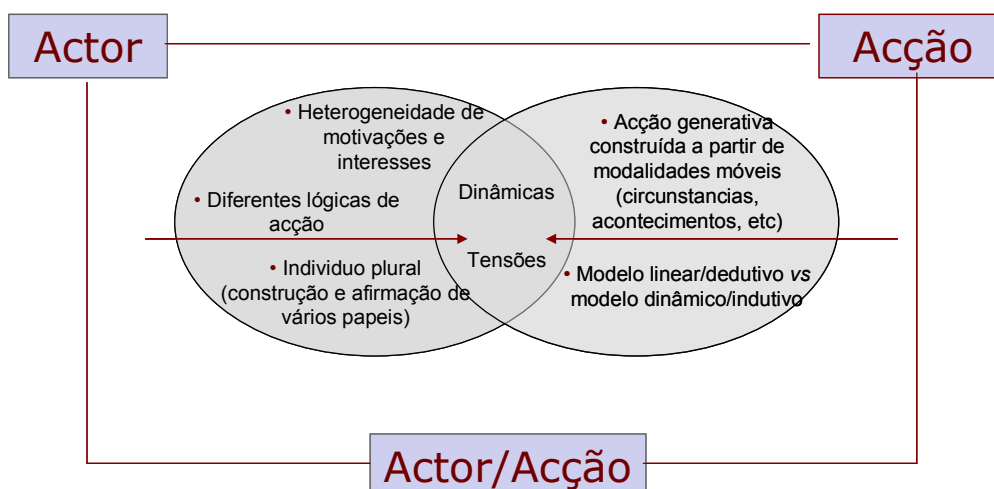
em função do lugar onde passam a actuar; seguem as regras gerais já conhecidas de sua gestão, transferindo o modelo centralizado para o nível mais local; a participação dos actores e a transversalidade da acção mantêm-se igual às formas tradicionais de gestão das políticas, não significando uma mudança na sua matriz de concepção, directriz e estratégia de acção; a acção decreta-se fora do território e este é apenas o terreno da aplicação de uma política nacional. As *políticas territoriais* são aquelas onde o lugar faz a diferença, e a partir da inter-relação entre políticas e território são produzidas novas formas de gestão, capazes de elaborar fórmulas inéditas de gestão do vínculo social (Koga,2003); aqui o território emerge como espaço do político,³ constituindo o lugar de exercício da democracia representativa e das representações colectivas do “viver em conjunto” (Aballéa, 1997 cit in Besson, 2008), e como espaço de mobilização pertinente da acção colectiva.

O território vê-se agora investido da responsabilidade de resolver as novas equações sociais, em torno de referências como a proximidade e a participação, e a acção colectiva afigura-se como um requisito intrínseco à administração das políticas públicas territoriais. Contudo, a construção da acção colectiva revela-se um campo instável, onde a mobilização dos actores tem implícito a ideia de adesão, e da vontade dos indivíduos em comunicarem, em criarem cumplicidades e oportunidades locais, conferindo uma imagem de acção pública muito ligada à vontade dos indivíduos (Autès,1999).


A acção colectiva: uma abordagem micro-sociológica das posições, tensões e contradições

Na reflexão que aqui se apresenta, a acção colectiva é entendida como o processo que se estabelece na relação da “acção” com o “actor”, e constrói-se através de jogo de forças e de tensões não previsíveis, que se vão desenvolvendo em cada um destes pólos e nas interacções que ocorrem entre si.

Figura 1: Pólos constitutivos da Acção Colectiva



Fonte: elaboração própria



No pólo da acção, a intervenção resulta de dinâmicas que não se reduzem apenas às fases da realização de uma actividade comum, nem à implementação de etapas racionais e sequenciais de um projecto. Se por um lado, um esquema linear assume uma dimensão pedagógica e estruturadora num projecto partilhado por vários actores, por outro, comporta várias limitações por privilegiar uma lógica dedutiva, que dificilmente se ajustará à complexidade das situações. A construção da acção colectiva apela pois a uma acção flexível e em constante mutação, no sentido do que Soulet (2003) designa de uma acção desenvolvida em contexto de incerteza, construída a partir de modalidades móveis, da força dos acontecimentos, onde só os objectivos gerais e as linhas de orientação são conhecidas, mas onde a imprevisibilidade do seu desenvolvimento pressupõe a capacidade técnica de construir a acção a partir das circunstâncias e oportunidades, sabendo gerir os imprevistos que decorrem da própria acção, numa permanente construção de relações privilegiadas e individualizadas com os actores.

O pólo do actor colectivo, enquanto “grupo de pessoas organizadas, mobilizadas a partir de experiências, interesses e de solidariedades convergentes em torno de um projecto comum” (Duperré, 2004: 13), engendra a coexistência de tensões resultantes das aspirações e interesses que os leva a juntar, da relação existente entre a motivação individual e o projecto colectivo, e da forma como as relações se vão desenvolvendo e influenciando a dinâmica da acção. A afirmação de um actor colectivo caracteriza-se cada vez mais pelo “resultado de construções, elaborações ou negociações, concretizadas na base entre indivíduos que conciliam interesses face a determinado objectivo e que cruzam implicações” (Monteiro, 2004: 135), e pela existência dos laços horizontais que se estabelecem entre os seus membros, marcados mais pelo significado do que pela pertença, e por constituir um espaço de troca de informação, comunicação e capacitação.

Neste contexto, a acção colectiva é construída: não é inata, nem emerge de forma automática. Constrói-se através da capacidade de desvendar e decifrar as justificações e lógicas de acção dos actores, muitas vezes contraditórias, e que nem sempre dão lugar ao estabelecimento de compromissos. Constrói-se a partir da identificação da heterogeneidade de motivações em presença, de natureza muito individual e pessoal, e que leva à adopção de vários papéis, em simultâneo, por parte do individuo na sua procura e afirmação de identidade (Besson, 2008).

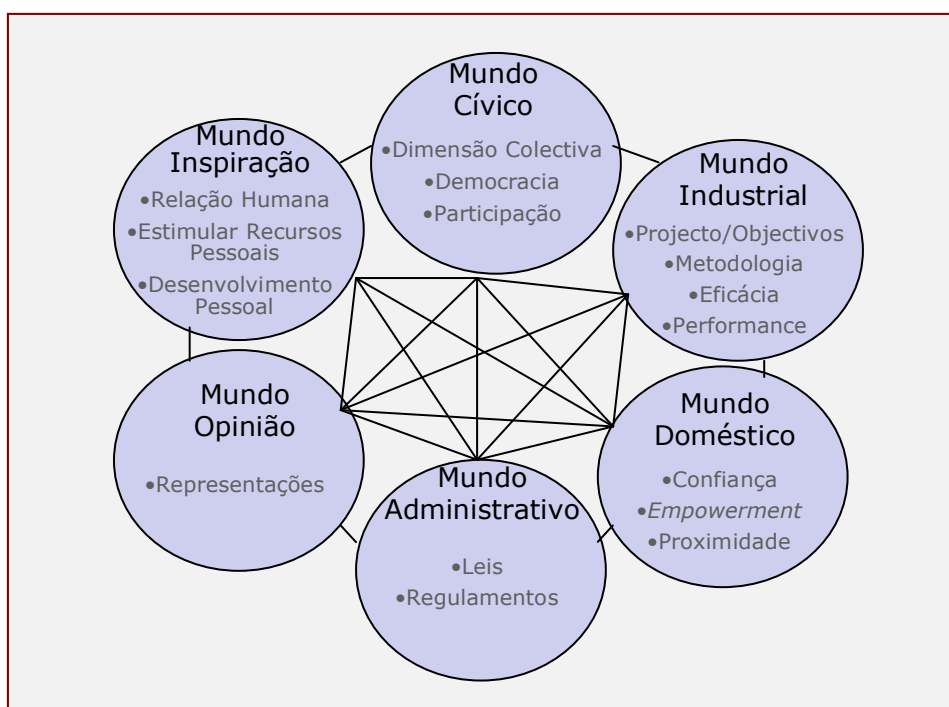
Actor colectivo: um actor plural em construção.

Um dos riscos que por vezes se regista na análise dos processos de construção de acção colectiva, é o de uma certa tendência de homogeneização das categorias da tríade de actores que habitualmente compõem as intervenções sócio-territoriais – políticos, técnicos, população – como se cada um destes tipos de actor se definisse por valores e princípios de acção comuns, excluindo, deste modo, a singularidade de cada actor.

A perspectiva que se defende nesta reflexão, é a de que o individuo adquire um papel fulcral na construção da acção colectiva, apelando a um entendimento de que “ a pessoa não é nem individual nem colectiva, mas fruto da dialéctica entre o singular e o universal” (Garnier, 1998

cit in Guerra, 2002). Tendencialmente as referências à acção individual e à acção colectiva sempre foram dicotomizadas no seio das ciências sociais, nomeadamente entre a psicologia e a sociologia. De uma forma muito generalista, a psicologia remetia para o estudo do indivíduo, enquanto que a sociologia para o colectivo nas suas diferentes formas. O próprio serviço social acabou por estruturar os seus métodos de intervenção no nível individual, grupo e comunidade. A acção individual focaliza a intervenção no indivíduo e na esfera das suas relações inter-individuais, enquanto que a acção colectiva se dirige aos grupos, assumidos enquanto tal. Porém, a forma como o indivíduo estabelece as relações sociais que o ligam aos outros, não aparece de forma dicotomizada e separada. Ao reduzir o colectivo exclusivamente no grupo, e o individual no ser psíquico, as noções de acção colectiva e de acção individual acabam por não conseguir dar conta da complementaridade e coexistência existente, onde “um homem nunca é totalmente “indivíduo” e um grupo de homens não é verdadeiramente colectivo” (Dartiguenave e Garnier, 2008: 139).


Figura 2: Mundos de justificação dos Actores



Fonte: elaboração própria com base em Besson (2008)

Na análise da construção da acção colectiva consideramos interessante a análise das lógicas dos actores a partir dos “mundos de justificações” que Luc Boltanski e Laurent Thévenot identificam. Segundo estes autores existem 6 mundos de justificações que dão conta de princípios e valores, que estão na origem das justificações dos actores:

- “A justificação cívica, é baseada na vontade colectiva e de igualdade;
- A justificação industrial, é baseada na eficácia e a competência;

- 
- A justificação doméstica, é baseado nas relações de confiança personalizada ligado, através de um conjunto de cadeias de relações, os membros da colectividade;
 - A justificação pela opinião, é baseada no reconhecimento pelos outros;
 - A justificação de mercado, é baseada no mercado;
 - A justificação inspirada, estabelece uma relação imediata entre a pessoa e uma totalidade” (Boltanski eThévenot, 2001 cit in Besson, 2008: 93).

Cada um destes *mundos* tem como referência diferentes valores, provocando inevitavelmente tensões entre os actores e conferindo importância à necessidade de se identificar os *mundos* em presença e de se elaborarem compromissos entre si.

Os diferentes *mundos* atravessam os três tipos de actores presentes num processo de intervenção sócio-territorial, cruzam-se permanentemente, opõem-se e contradizem-se potencialmente. Os compromissos que se vão elaborando pressupõem um esforço de conciliação da parte dos actores e, simultaneamente, um determinado sacrifício quanto à preeminência dos valores do seu próprio mundo em proveito de um bem comum. É neste sentido que Besson (2008) afirma que os compromissos são sempre precários porque remetem para as motivações muito pessoais e morais, que vão estar na base das acções e dos comportamentos dos indivíduos, complexificando, deste modo, a leitura da compreensão da acção colectiva organizada.


Nesta perspectiva não estamos perante um actor “unificado” e pacífico, igual a si próprio em todas as circunstâncias. Estamos essencialmente perante um actor plural (Lahire, 2005), que utiliza de forma mais ou menos consciente as suas experiências anteriores, e assumindo uma multiplicidade de papéis. Estes diferentes papéis e as múltiplas formas de os habitar complexificam os processos de acção colectiva.

O actor não se nomeia: constrói-se na acção

Se do ponto de vista dos princípios, os processos de intervenção sócio-territorial assumem um papel importante na (re) construção das relações que se estabelecem entre habitantes, instituições, políticos, no espaço de vida social de uma determinado território, apelando à participação desta tríade de actores na construção e implementação de um projecto de desenvolvimento; do ponto de vista operacional, os projectos comunitários e territoriais desenvolvidos em Portugal têm manifestado alguma dificuldade, e mesmo uma certa inabilidade, em criar condições para uma participação dos habitantes que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, não pertencentes a estruturas organizadas e/ou associações.

Sabemos que a concepção de actor, já pressupõe uma consciência dos habitantes como intervenientes, e quando se pretende intervir em territórios muito marcados por processos de segregação sócio-espacial, verifica-se a existência de sentimentos de abandono por parte dos organismos públicos e dos representantes políticos e de comportamentos de passividade e resignação face à situação em que vivem.

Como mobilizar uma população que se caracteriza por uma fraca participação na vida pública?




A passagem de sujeito a actor, e a apropriação desse papel social, constrói-se na acção, através de um processo que se desenvolve ao longo do tempo, em actividades que assumam significado e tenham valor para os indivíduos, e que se baseiem na interacção dos sujeitos e em relações pautadas pela confiança. É na acção que os indivíduos se definem a si próprios (as suas identidades), numa capacidade de tirar proveito de múltiplas actividades, múltiplos lugares e múltiplos contributos (Lefèbvre, 1998 cit in Bretagne, 2002), e num processo de reconhecimento de si e de valorização das suas competências.

É neste sentido que a proximidade que caracteriza os processos de intervenção sócio-territorial constitui uma das dimensões fulcrais para a criação das condições necessárias para a transição do sujeito para actor. Trata-se da proximidade que o interventor tem ao território: uma proximidade geográfica e social, que se traduz num conhecimento das particularidades locais, e constitui a base de toda a intervenção local. Não basta estar no local; é necessário que a equipa técnica interaja com o local e estabeleça uma relação de proximidade e de confiança com os actores, baseada numa competência técnica e num *habitus* empático (Soulet, 1997), que possibilite a compreensão dos raciocínios, das lógicas e significados que são atribuídos a cada situação.

Falamos de um conhecimento de proximidade aquele que se constrói e se adquire no agir quotidiano, num processo interaccional e comunicacional com os diversos actores, e na compreensão das idiosincrasias do território, que se vão descodificando à medida que o técnico se sente parte dele. Falamos de um conhecimento de proximidade aquele que tem subjacente uma concepção de que “a experiência quotidiana dos problemas urbanos por quem os “vive” constitui uma fonte de conhecimento insubstituível em sociedades complexas, e de que a capacidade de concretizar acções de transformação está dependente da capacidade articular diferentes formas de conhecimento, tais como o senso comum e o conhecimento científico sobre a cidade”. (Henriques, 2002: 16).

O processo de “entrada” e de “apresentação” da equipa e da sua intencionalidade de agir num dado território, deve de ir a par da criação das condições de aceitação dos actores que se situam nesse local (população, técnicos, instituições) e da sua mobilização para o processo. Não será de descurar a importância que assume a presença de decisores políticos em momentos que expressem não só o comprometimento político na qualificação e desenvolvimento do território, como o reconhecimento público do estatuto dos cidadãos. Algumas experiências de implementação de diagnósticos participados realizados com os vários actores dos territórios, no âmbito de programas de intervenção sócio-territorial, têm revelado o potencial destes momentos quer em termos da mobilização colectiva e do inter-conhecimento que se gera entre os actores, como da clarificação e legitimação do papel da equipa técnica.

Fazer-se reconhecer como bom objecto (Soulet, 1997: 121), é a primeira condição para fazer despertar o interesse dos actores numa fase de arranque da intervenção. O capital empático e a qualidade técnica da equipe, são alguns factores determinantes para a equipa técnica ganhar espaço no seu sistema de acção, desenvolvendo os níveis de confiança e credibilidade necessários para o que Alinsky (1971) denomina como *autorização prévia ao agir* isto é, o processo de aceitação mutua dos actores e a existência de uma aceitação técnica para o processo. Estar no terreno, pode contribuir para o início de estabelecimento de laços de conhecimento



e de confiança; mas uma presença que não esteja associada a uma acção concreta, corre o risco de não ser entendida e percebida de forma clara, podendo dar lugar a desconfianças. Ser aceite na comunidade pressupõe a existência de níveis de conhecimento e de confiança, que só se constroem ao longo da acção, e em função desta integrar os interesses e as preocupações das pessoas. A presença no território e a resposta a solicitações dos habitantes, podem constituir pontos de apoio na construção da relação interpessoal entre a equipe e os habitantes, mas a acção não pode situar-se apenas em torno dos pedidos de ajuda, correndo o risco de, rapidamente, ficar presa a assuntos administrativos (Soulet, 1997).

Em territórios estigmatizados, as experiências de vida, a situação social, o horizonte cultural dos habitantes, constituem alguns dos factores que condicionam a sua capacidade de imaginar uma situação diferente da que vivenciam. Delgado (2000) denomina esta situação de “*opression internalized*”, e que leva à apropriação de discursos reprodutores da imagem negativa construída externamente, e reproduzida internamente pelos próprios actores. Na perspectiva de Kretzmann e Mcnight (Kretzmann e Mcnight, 1993, cit in Dupérre, 2004) os processos de intervenção em comunidades locais muito focalizados nos seus problemas, acabam por ter como consequências:

1. uma apropriação por parte dos actores de um “mapa” mental que leva a que se percepcionem como deficientes, vítimas e incapazes de tomar conta dos percursos da sua vida, e do futuro da sua comunidade;
2. uma focalização nos recursos institucionais para a resolução dos problemas, reforçando a percepção de que os “peritos” poderão efectivamente resolver o problema, reforçando o sentido da inevitabilidade do ciclo de dependência e de ausência de expectativas de mudança.

Como alterar a visão catastrófica que os habitantes expressam muitas vezes sobre o seu bairro? Como descentrar a acção dos problemas e (re)centrá-la numa perspectiva dinâmica, de forma a evitar *crystalizar a intervenção* (Soulet, 1997) nas dificuldades, na representação que os moradores têm de si próprios ou da própria presença dos técnicos?

Um dos requisitos necessários para uma focalização dos indivíduos em dinâmicas positivas, é a existência de uma crença no potencial dos vários actores e o reconhecimento, principalmente por parte da equipa técnica, que os habitantes são detentores de recursos e de possibilidades para interferirem no processo de desenvolvimento sócio-territorial. Nos últimos anos, a concepção da comunidade e dos actores a partir das potencialidades individuais e colectivas, baseada numa *strenghts perspective* (Saleebey, 2005, Delgado, 2000) tem sido objecto de considerável reflexão e produção científica, focalizando-se nas competências, habilidades e potencialidades existentes nos indivíduos e comunidades. O enfoque colocado nas capacidades das comunidades não minimiza o papel das forças externas, “esta escolha de apostar nas capacidades é essencialmente para pôr em evidência o primado da definição local: investimento, criatividade, esperança e controlo” (Kretzman et McKnight, 1993, cit in Dupérre, 2004: 25). Uma abordagem que situa a acção nos aspectos mais positivos, rejeita a tradicional categorização dos sujeitos a partir de uma imagem negativa, e ao valorizar o reconhecimento das capacidades existentes e criar espaços geradores de visibilidade e de consciência das competências (algumas das quais latentes) acaba por facilitar a apresentação de uma identidade dos



sujeitos recentrada nas componentes mais dinâmicas (Bretagne, 2002).

O colectivo, o grupo, constitui o espaço de desenvolvimento do sujeito, através da interacção que se estabelece entre os indivíduos e dos processos comunicacionais que daí decorrem, permitindo *ouvir* e *ser ouvido*. Constitui-se ainda o lugar de concretização de actividades, as quais reactivam competências e *saber-fazer*, que, em permanência, reconstróem o actor. O colectivo constitui-se assim como um “lugar-recurso” através da articulação de quatro componentes inter-relacionadas: (i) participação nas discussões, debates e decisões, (ii) as competências práticas, que pressupõem a aquisição progressiva dos conhecimentos e das habilidades, práticas e técnicas, necessárias para a participação e para a acção; (iii) a auto-estima, no sentido do auto-reconhecimento da legitimidade da identidade própria, da sua própria competência e do reconhecimento pelos outros, e (iv) a consciência crítica, que compreende o desenvolvimento de uma consciência do grupo (consciência colectiva), a redução da auto-culpabilização (consciência social) e a aceitação de uma responsabilidade pessoas para a mudança. (Ninacs, 2008).

A realização de pequenas acções e a concretização de alguns resultados, contribui para a construção do sentido e sentimento do grupo, e para a experimentação de sucessos, como resultado dos seus próprios esforços, contribuindo para uma alteração sobre a capacidade de constituir as suas vidas (Horejsi e Sheaford, 2006: 423). Por outro lado, a implementação de acções qualificantes e valorizadoras das identidades dos habitantes assumem uma importância simbólica ao nível do reconhecimento social que é conferido aos actores/população, favorecendo a constituição de uma *identidade colectiva* e de sentimento de pertença a uma comunidade. Trata-se de “restituir aos grupos mais vulneráveis a sua capacidade de tomar o lugar e de se situar nas relações sociais, de adquirir suficientemente a força e poder para negociar sobre as questões que os preocupa” (Dumas e Séguier, 2004: 172).

O envolvimento e comprometimento dos actores num colectivo está relacionado com a sua capacidade de “permitir uma re-elaboração da relação com o mundo” através da intercomunicação da experimentação. Neste sentido, a constituição e consolidação do actor colectivo desenvolve-se num processo dinâmico e participativo de envolvimento, comunicação, acção e reflexão e, conseqüentemente, numa relação dialéctica entre o desenvolvimento da consciência e da competência individual e colectiva. Para Melucci (Melucci, 2001 cit in Guerra, 2006), a acção colectiva permite o alargamento de processos de aprendizagem, de socialização e de comunicação, demonstrando a capacidade de transformação das sociedades humanas, que não são apenas capazes de compreender, mas são cada vez mais caracterizadas pela sua reflexividade – “aprender a aprender”. Uma dinâmica de acção colectiva sustenta-se no colectivo, quer como suporte de consciencialização (tomada de consciência individual e colectiva e capacidade de implementação de projecto colectivo, etc.), organização (pertença ao grupo, capacidade de desenvolver acções, partilha de responsabilidades e participação nas decisões, etc.) e mobilização (participação social, posicionamento do grupo face ao contexto, etc.). A interacção e complementaridade destes três tipos de processos é geradora de efeitos cumulativos e de sinergias que permitem apoiar a construção da identidade do actor, reforçar os laços de cooperação, através de um processo de organização, e construir uma relação de forças e de negociação sobre os assuntos colectivos e sociais.

Bibliografia

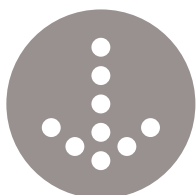
- Alinsky, S. (1976). *Manuel de l'animateur social*. Editions du Seuil
- Autés, M. (1999). *Les paradoxes du travail social*. Paris: Dunod.
- Balsa, C. (2004) "Espace et exclusion, Espaces d'exclusion" in SOULET, M. (éd.), *Quel avenir pour l'exclusion* (pp. 163-186). Fribourg : Éditions Universitaires Fribourg Suisse.
- Bernoux, J. (2005) *Mettre en œuvre le développement social territorial*. Paris : Dunod.
- Besson, G. (2008) *Le Développement Social Local, Significations, complexité et exigences*. Paris : Harmattan.
- Bretagne, V. (2002) "Vulnérabilité sociale et stratégie d'acteur" CHÂTEL, Vivianne & Marc-Henry Soulet (éd.), *Développement des compétences et action collective* (pp.75-82), vol.2. Fribourg: Éditions Universitaires Fribourg Suisse.
- C.D.S.C. (2001) *Politiques Sociales Innovatrices dans les Villes*. Strasbourg : Éditions du Conseil de l'Europe
- Castel, R. (2005) « Devenir de l'État providence et travail social » in, ION, J., *Le Travail Social en Débat(s)* (pp.27-49). Paris: La Découverte.
- Castel, R. (2009), *La montée des Incertitudes*. Paris: Éditions du Seuil.
- Dartiguenace, J.Y., Garnier, J.F.(2008), *Un savoir de référence pour le travail social*. Ramonville Saint-Agne: Érès.
- Delgado, M. (2000), *Community social work practice in an urban context*. New York: Oxford University Press.
- Donzelot, J., J. ROMAN (1998). "1972-1998: les nouvelles donnes du social", in *Esprit* n° 241, mars/avril 1998.
- Donzelot, ESTÉBE (1994). *l'État animateur, essa sur la politique de la ville*. Paris: Éd. Esprit.
- Donzelot, J. (2009). *Vers une citoyenneté urbaine? La ville et l'égalité des chances*. Paris: Éditions Rue d'Ulm.
- Dumas, B, M. SÉGUIER (2004). *Construire des Actions Collectives, Développer les solidarités*. Lyon: Chronique Sociale.
- Duperré, M. (2004). *L'organisation communautaire: La mobilisation des acteurs collectifs*. Laval: Les Presses de l'Université Laval.
- Estébe, PH. (1998). "Les metiers de la ville", *Esprit* n°241, mars/avril
- Freitas, J. (2001). *Habitação e cidadania no trilho da complexidade de processos relacionais generativos* (tese de doutoramento). Lisboa: ISCTE.
- Freynt, M.-F. (1996). *Les médiations du Travail Social: contre l'exclusion, (re)construire les liens*. Lyon: Chronique Sociale.
- Guerra, I.(2001). "Intervenções face à Exclusão social Urbana" in *CIDADES Comunidades e Territórios*, n° 2, Lisboa, CET/ISCTE, pp.47-56.
- Guerra, I. (2002). "Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das "novas políticas sociais" in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, n° 63, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp.45-74
- Guerra, I. (2003). "O território como espaço de acção colectiva: paradoxos e potencialidades do "jogo estratégico de actores" no planeamento territorial em Portugal", in SANTOS, B. S. (org.), *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*, Civilização Brasileira, pp.341-372.
- Guerra, I. (2006). *Participação e Acção Colectiva*. Estoril: Principia.
- Horejsi R., BRADFORD Sheaford, (2006). *Techniques and guidelines for social work practice*. Boston:

- Allyn and Bacon, 7^a edition.
- Haurie, J.L. (2005). “Le développement social Territorial. Une stratégie de modernisation de l’action des CAF inscrite dans la durée », in *Recherches et Prévisions* n° 81, Paris.
- Henriques, J. M. (2002). “O papel do “social” nas políticas urbanas”. Texto policopiado.
- Hoven, R. (2003). “Teorias de Intervenção Social” in RODRIGUES, F (coord.), *Poor People*, Frankfurt, Peter Lang (no prelo).
- Ion, J., (1990). *Le travail social à l’épreuve du territoire*. Toulouse: Éditions Privat.
- Jacquier, C.(coord.), 2001. *Les Politiques Sociales Innovatrices et les Villes*, Estrasburgo : Conselho da Europa.
- Koga, D., (2003). *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*, São Paulo: Cortez.
- Lahire, B., (2005). *L’homme pluriel, Les ressorts de l’action*, Paris:A. Colin.
- Lapeyronne, D., (2001). « Le banlieue comme ville. Existe-t-il une nouvelle question urbaine ? » in *Travailles en quartiers sensibles, Ville-Ecole-Integration*, n° 124.
- Martuccelli, D., (2002). *Grammaires de l’individu*. Paris: Gallimard.
- Monteiro, A., (2004). *Associativismo e novos laços sociais*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Mela, A. (1999). *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ninacs, W. (2003). *Empowerment et intervention, développement de la capacité de la solidarité*. Québec: Les Presses de l’Université Laval.
- Palier, B., (2002). “L’Évolution des cadres de l’intervention social en France”, *Informations sociales*, n° 104, pp.31-37.
- Ramos, T., (2008). *A Construção da Acção Colectiva em Processos de Desenvolvimento Sócio-Territorial*, dissertação de mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, ISCTE, Lisboa, texto policopiado.
- Robertis, C., Orsoni, M., Pascal, H., Romagnan, M., (2008). *L’Intervention Social d’Intérêt Collectif, de la personne au territoire*. Rennes: Politiques et Interventions Sociales, Presses de l’EHESP.
- Saleebey, D., (2006). *The Strengths Perspective in Social Work Practice*. Boston: Allyn and Bacon, 4^aed.
- Schon,D. (1983). *The Reflective Practitioner*. USA: Basic Books.
- Soulet, M., (2003). *Penser l’action en contexte d’incertitude. Une alternative à la théorisation des pratiques professionnelles ?*. Texto policopiado.
- Soulet M., (1997). *Petit précis de grammaire indigène du travail social. Règles, principes et paradoxes de l’intervention sociale au quotidien*.Fribourg: Editions Universitaires, Collection Res Socialis.
- Ulysse, P., F. Leseman, (2004). *Citoyenneté et pauvreté: politiques, pratiques et stratégies d’insertion en emploi et de lutte contre la pauvreté*. Québec: Presse de l’Université du Québec.

Notas

- 1 BETWIXT PROJECT, Entre l’intégration et l’exclusion: une étude comparative des dynamiques locales de précarité et de résistance à l’exclusion, en contexte urbain, TSER.
- 2 Por oposição a urbaphibie que segundo o autor caracterizou a denúncia da cidade no fim do século XIX.

- 3 Aballéa (1996, cit in Besson, 2008: 50) identifica 4 sentidos distintos do termo território: (i) espaço-social (a comunidade enraizada num espaço particular e o território como gerador de um sentimento de pertença, de identidade cultural e vector de laço social); (ii) O espaço- fluxo (um espaço funcional e impessoal dedicado às trocas económicas); (iii) O espaço político (lugar do exercício da democracia representativa e do “viver em conjunto”) e (iv) O espaço das competências (perímetro das diversas intervenções administrativas)



Peer Review Process

Recepção artigo | 15/12/2010

Paper reception

Admissão artigo | 31/01/2010

Paper admission

Arbitragem anónima por pares | 23/03/2011 – 10/05/2011

Double blind peer review

Aceitação artigo para publicação | 27/05/2011